



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 21, n. 6, art. 10, p. 182-197, jun. 2024

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2024.21.6.10>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



Coronelismo e Violência em: O Cavalo Fantasma da Estrada do Engenho Barbalho, de Jayme Griz

Coronelism and Violence in: The Ghost Horse of Estrada do Engenho Barbalho, by Jayme Griz

João Batista Pereira

Doutor em Teoria Literária pela Universidade Federal de Pernambuco

Professor na Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail: jmelenudo@hotmail.com

Bruno Ramos de Freitas

Graduado em Letras na Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail: rdefreitasb@gmail.com

Endereço: João Batista Pereira

Universidade Federal Rural de Pernambuco – Rua Dom
Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos – Recife –
Pernambuco – CEP: 52171-900. Brasil.

Endereço: Bruno Ramos de Freitas

Universidade Federal Rural de Pernambuco – Rua Dom
Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos – Recife –
Pernambuco – CEP: 52171-900. Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 24/04/2024. Última versão
recebida em 13/05/2024. Aprovado em 14/05/2024.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este artigo objetiva analisar o conto O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho, de Jayme Griz, apoiado por pressupostos teóricos de Durval Muniz de Albuquerque (2013), Rejane Carvalho (1987) e André Luiz Galvão (2018). A partir de pesquisa bibliográfica, buscamos identificar o fenômeno do coronelismo no Nordeste e a violência que lhe é subjacente como categorias analíticas, marcas sociais da Zona da Mata Sul de Pernambuco, no século XIX. Como resultados, registros de violência no enredo foram identificados a partir da escravidão, contextualizada na visita do Imperador D. Pedro II ao Brasil, e no desalento expresso por Zé Cambinda em suas visitas ao maracatu de Pai Inácio. Em outro recorte, o universo da casa-grande demonstrou a violência presente nos diálogos e comportamento da mucama Teresa bem como na dependência dos retirantes ao senhor de engenho. Por fim, a violência se irmana ao coronelismo nas ações do Sr. Barbosa, que cerceia a liberdade e as formas de vida da filha, cujo ato a leva à morte. Ao considerar os vínculos entre literatura e sociedade, concluímos que o coronelismo no conto griziano espelha um tempo que não ficou no passado, haja vista as novas formas de domínio e de violência exercidas por latifundiários na atualidade.

Palavras-Chave: Jayme Griz. Coronelismo. Violência. Escravidão.

ABSTRACT

This article aims to analyze the tale O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho, by Jayme Griz, supported by theoretical assumptions of Durval Muniz de Albuquerque (2013), Rejane Carvalho (1987) and André Luiz Galvão (2018). From bibliographic research, we seek to identify the phenomenon of coronelism in the Northeast and the violence that is underlying it as analytical categories, social marks of the Zona da Mata Sul of Pernambuco, in the 19th century. As results, records of violence in the plot were identified from slavery, contextualized in the visit of Emperor D. Pedro II to Brazil, and in the desolation expressed by Zé Cambinda on his visits to Pai Inácio's maracatu. In another cut, the universe of the big house demonstrated the violence present in the dialogues and behavior of the maid Teresa, as well as in the dependence of the migrants on the mill owner. Finally, violence becomes akin to coronelism in the actions of Mr. Barbosa, who curtails the freedom and ways of life of his daughter, whose act leads her to death. When considering the links between literature and society, we conclude that coronelism in the griziano tale mirrors a time that did not remain in the past, given the new forms of domination and violence exercised by landowners today.

Key-words. Jayme Griz. Coronelism. Violence. Slavery.

1 INTRODUÇÃO

A literatura é uma via para o homem expressar múltiplas visões de mundo, em cujo cerne reside a linguagem, que institui concepções e ideias da realidade levadas a um pretense leitor. Em alguma medida, a construção imaginária do Nordeste, com os seus mitos, lendas e credences, também deriva e foi amplificada pelo que foi fabulado em romances e engendrado em poesias e cancioneros ao longo do tempo, registros que, muitas vezes, estabeleceram a violência como marca das formas de vida dos habitantes dessa região. Sob essa ótica, pode ser absorvida a obra de Jayme Griz, que tematiza em ensaios, poesias e narrativas o sobrenatural e o *ethos* da Zona da Mata Sul, em fins do século XIX, quando se deu o ocaso do ciclo da cana-de-açúcar em Pernambuco, regime que expressava a riqueza dos senhores de engenho e, ao mesmo tempo, a submissão de escravizados e ex-escravizados aos seus meios de produção.

As resultantes das assimétricas relações mantidas entre esses dois estamentos sociais são várias, principalmente, a que alude à brutalidade como meio para equacionar querelas familiares e pessoais naquela sociedade.

À luz desse contexto, propício à manutenção do *status quo* das classes dominantes, representando um universo agrário definido pelo ilimitado poder de mando de coronéis sobre trabalhadores, analisamos o conto “O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho”, presente na obra *O lobishomem da porteira velha* (1956), de Jayme Griz. Nele, não são notados apenas os acontecimentos que remetem a fenômenos e manifestações insólitas: consoante a perspectiva que antevê vínculos entre texto e contexto, entre literatura e sociedade, é possível identificar nessa narrativa griziana dois marcadores temáticos da época em que o enredo se passa, às quais balizam a análise feita neste artigo: o coronelismo e a violência. Não por acaso, esses traços demarcaram o modo de vida nordestino por muito tempo, ambos referenciados pelo domínio de terras e de pessoas por meio da força bem como pelos vínculos dos proprietários de terra com as forças políticas de turno.

Para responder à forma como emergem essas duas características no conto de Jayme Griz, reconhecemos que a violência assume diversas formas na sua diegese. Em um plano mais amplo, ela surge inicialmente como uma condição estrutural nas vivências dos personagens, representada por vestígios deixados pela escravidão no Brasil, visão endossada pelas reflexões de Zé Cambinda quando está em contato com expressões culturais africanas. Essa conotação violenta ultrapassa a perspectiva simbólica e alcança materialidade na dinâmica exigida para o funcionamento da casa-grande, espaço onde os donos aterrorizam e reiteram o seu poder de mando sobre os trabalhadores. Por fim, a brutalidade alcança maior

significado por meio da natureza violenta do Sr. Barbosa, cuja ações autoritárias e arbitrárias alcançam os retirantes, os vigilantes e os próprios familiares.

A pertinência dessa discussão ganha relevância a partir dos nortes teóricos adotados neste artigo, credenciados pelas ideias de Rejane Carvalho, que problematiza a atualidade dos conceitos de coronelismo e neocoronelismo, além dos seus vínculos com a política; Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que sugere novos pontos de vista sobre a gênese da história do gênero masculino no Nordeste; e, por fim, de André Luís Galvão cujas propostas apontam como a literatura tem representado os espaços de poder ocupados pelo coronéis no Nordeste. Em conjunto, esses estudos permitem compreender alguns fundamentos que estruturaram o surgimento e a permanência do coronelismo na Zona da Mata Sul, local onde a narrativa de Jayme Griz se concretiza como uma alegoria do tempo em que as casas-grandes e o regime senhorial dos engenhos de açúcar mantinham a violência como condição intrínseca à atuação dos coronéis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Notas sobre o coronelismo

Os vínculos entre literatura e sociedade têm sido explorados de variadas formas, seja demonstrando o seu alcance sob um campo eminentemente estético, seja na sua apreciação sob as perspectivas histórica, política ou ideológica. Sob qualquer uma dessas vertentes, é lícito vislumbrar como o coronelismo definiu a vida no Nordeste nos séculos XIX e XX, forma de exercício de poder que consistia em domínio territorial e de pessoas, e de repressão aos que ameaçavam os interesses dos poderosos. Como traço comum dessa prática, lembramos que ela se dava em espaços sociais onde havia a ausência do estado, deixando margem para a atuação de homens com poder político e econômico. Essa é uma das reflexões que permeia o trabalho “Coronelismo e Neocoronelismo: eternização do quadro de política do Nordeste”, de Rejane Carvalho, no qual são questionados os parâmetros adotados pela ciência política para definir a vigência desse regime senhorial, ao abordar questões como o controle de votos dos que vivem na zona rural, as novas formulações que ocorreram nos conceitos dessa forma de poder e como essa visão econômica está presa a um clientelismo político.

Em um exame na literatura brasileira, a autora diz que não há um conceito totalmente claro do que é coronelismo. As divergências sobre sua definição, todavia, não são encontradas nas concepções mais comuns do termo, nas quais os coronéis têm uma espécie de pacto, ou

compromisso com o poder local e com o mundo privado. Ela lembra, porém, que houve uma “fase transitória”, que “ao nível econômico e social marcaria a transição de formas de estado tradicionais para o estado capitalista moderno” (CARVALHO, 1987, p. 199). Foi nessa transição que o coronelismo passou a ser visto como uma justaposição entre velhas e novas formas de estruturar a economia e a política nordestina, o que deixa as suas concepções mais comuns, o seu alcance e limites de atuação sob uma ambiguidade. Essas diferenças surgem a partir das interpretações sobre as bases do chamado “pacto coronelista”, haja vista que há momentos em que a ideia de coronelismo é restrita, pois é vista como “a substituição do estado pelos coronéis no exercício de funções públicas” (CARVALHO, 1987, p. 194), que findou com o fortalecimento do poder central no Brasil, quando as tomadas de decisão saíram do Rio de Janeiro para outras federações do país. Essa descentralização levou a alguma diminuição do poder dos coronéis, mudança que não impediu que suas propriedades viessem a funcionar como recurso, legítimo ou ilegítimo, para validar decisões dos governos.

Em consonância com esse pensamento, Marcel Bursztyn, em *O poder dos donos - Planejamento e clientelismo no Nordeste*, lembra que uma das formas de compreender a emergência do coronelismo no Nordeste refere-se às mudanças que ocorreram nessa região ao longo do tempo. Para o autor, deve-se aceitar que “a centralização suposta na ‘modernização conservadora’ da agricultura não é incompatível com o fortalecimento do poder local” (BURSZTYN, 1987, p. 199). Não por acaso, com a modernização do campo, criou-se uma nova forma de exercício do poder, em que o estado oferece recursos materiais e simbólicos para acentuar ainda mais o paternalismo e o clientelismo, aumentando ainda mais o domínio regional dos coronéis. Essa leitura pode parecer um paradoxo em um primeiro momento, mas “é ele (Estado) quem vai incorporar em suas práticas os elementos coronelistas” (CARVALHO, 1987, p. 200): enquanto os velhos coronéis atuavam pela omissão do governo, os novos coronéis passaram a ser vistos como objetos de ação do próprio estado. Para existir, eles precisaram manter, ainda que parcialmente, a estrutura agrária tradicional: não sem razão, essa é uma das faces da nominada “modernização conservadora” do campo, movimento que agravou ainda mais a concentração de latifúndios no Nordeste e em outras regiões do país.

Com essa transmutação, o coronelismo tradicional acabou por adotar práticas dos “donos do poder”, como o clientelismo e o paternalismo autoritário, quando ocorre uma redução do papel dos coronéis, que mandavam e desmandavam em seus domínios, para o de grandes empresários, que passaram a ter a função de distribuir benesses aos necessitados. Tal mudança ocorreu com a queda da “versão ideológica do patrão bom” (CARVALHO, 1987, p. 200), decorrente de uma atuação profissional onde o estado não se fazia presente, como na

segurança das terras e dos familiares dos coronéis, ações antes feitas por jagunços. Tais mudanças ocasionaram alterações nos instrumentos de repressão: a principal delas consistia na eliminação dos que ameaçavam o poder dos coronéis de forma direta, em disputas por terra ou por meio de contendas que tinham origem familiar. Uma nova interpretação para a morte no imaginário desses “novos coronéis”, portanto, fazia-se necessária, não apenas para dominar pessoas ou regiões, mas também para “eliminar os opositores, se não pela morte física pela morte social” (CARVALHO, 1987, p. 198). Sob essa nova estrutura, não era mais necessário controlar a terra; bastava estar dentro do estado e ter acesso aos cofres públicos, contexto que demonstra a existência de uma relação necessária entre os “novos” e os “velhos coronéis”: aqueles guardam destes alguns traços, como a necessidade de serem carismáticos, ao mesmo tempo em que são autoritários e corruptos. Ademais, eles ainda guardam raízes clientelistas e usam o estado para fins paternalistas, com o intuito de parecerem “salvadores da pátria” perante os pobres.

Essas breves reflexões sobre o coronelismo sinalizam para questões que o singulariza no Nordeste. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, no livro *Nordestino: invenção do ‘falo’*, ressalta a cultura que embasou a sua existência: segundo ele, desde as suas origens, ele decorreu da luta e do derramamento de sangue, ações que forjaram a construção do homem nessa região, conhecida como “uma terra para quem não tinha medo de morrer nem remorsos de matar” (DURVAL, 2013, p. 175). Sem que seja obra do acaso, a criação da família nordestina derivou do encontro nada amistoso dos fazendeiros com caboclas caçadas, com o papel decisivo da casa-grande como polarizador, mantendo em seu entorno distintas classes sociais.

Na luta contra os indígenas, que visava dominar as terras e ampliar suas propriedades, as famílias se defendiam com o uso de armas, período em que surgiu a necessidade de homens dispostos a defender os seus patrões. Para manter o poder, as famílias, representadas por patriarcas nomeados coronéis, aglutinavam-se em torno dessa figura para defender suas riquezas e ocupar cargos nos governos. Tais situações respondiam, inclusive, pelos incessantes conflitos entre famílias no Nordeste, que promoviam matanças desenfreadas, com a contratação de pessoas pobres e sem instrução para tornarem-se matadores, ou jagunços, que faziam esse tipo de serviço.

Nessas bases foi construída a figura do homem nordestino: um homem valente, mas violento; que possuía coragem, mas que tomava atitudes questionáveis. Homens que eram capazes de perder a própria vida para não serem desonrados perante a sociedade. Ter uma arma nas mãos era motivo para demonstrar honra e poder e portar a garantia de liberdade.

Esse quadro ganha amplitude quando visualizado um tipo da sociedade nordestina, que se cruza e se reflete na figura do coronel: os senhores de engenho, cujas origens têm a miséria e a escravidão como um referente importante para compreender a sua estatura nos âmbitos histórico e ficcional. Eles portavam a representação do atraso econômico, da prepotência política e da dissolução moral, devendo ser entendidos como uma referência basilar da história e da civilização do Nordeste. Eram poderosos que possuíam semelhanças com patriarcas europeus e comportavam-se como “aristocratas dos trópicos” (DURVAL, 2013, p. 206), eternizados na oralidade e em romances.

Nos discursos literário, sociológico e memorialístico produzidos ao longo do século XX, houve uma legitimação dos valores patriarcais defendidos pelas formas de vida instituídas pelos senhores de engenho. Um registro significativo sobre essa temática foi de Gilberto Freyre: no “Manifesto Regionalista de 1926”, havia a defesa de “um regionalismo criador, como chamava suas ideias, devia se inspirar no que este tipo social havia produzido em várias áreas, para desenvolver uma cultura que se modernizasse sem perder, no entanto, seus valores e tradições” (DURVAL, 2013, p. 207). O alcance dessas propostas aludia à estética das casas-grandes, aos reis do congo e maracatus de cabras e mulatas, às comidas de coco e à rica doçaria. A construção dessa concepção freyreana olhava para a modernidade, entretanto, ainda tinha o passado como referência: em última instância, era para os nordestinos adotarem esses exemplos para resgatarem valores já esquecidos do regime senhorial açucareiro, tragado pela modernização do cultivo e plantação da cana-de-açúcar, com a substituição dos senhores de engenho pelos usineiros.

Como pode-se notar, a menção à construção viril do homem nordestino proposta por Durval Muniz conserva uma estrutura patriarcal, na qual a representação do senhor de engenho é um modelo que se aproxima do que iria definir o coronelismo no século XX. André Luís Galvão, em *O coronelismo na literatura: espaços de poder*, analisa como essa mimetização de mundo ganhou vida na arte, presente “através de um discurso contínuo, que constitui a imagem do coronel marcada pela violência e pelo clientelismo político” (GALVÃO, 2018, p. 23). É preciso entender que o coronelismo permeava a sociedade e a vida política do país, sendo possível analisar seus mecanismos também por meio da literatura. Duas obras ilustram essa perspectiva: em *Terras do sem fim*, de Jorge Amado, Horácio Silveira é caracterizado como um coronel, romance que expõe exemplos da omissão do estado perante a ordem do personagem para a libertação de seu jagunço. Outro exemplo que mostra essa distorcida representação de poder consta em *Fogo morto*, de José Lins do Rego, que reitera como os coronéis impunham o seu poder econômico e político para beneficiar aliados.

O que unifica o comportamento desses coronéis na ficção e na realidade é o poder alcançado pela riqueza e, não menos importante, a obediência dos subalternizados, construída pelo carisma e pelo medo, continuamente endossada pela violência perpetrada por jagunços. Esse registro ganha importância, na medida em que se constata que a obediência aos coronéis é sustentada por dois sentimentos contraditórios: a admiração, acompanhada de devoção, e o medo (GALVÃO, 2018, p. 25-26). Soma-se, ainda, a esses sentimentos, a pobreza, uma das formas mais cruéis de submissão, e o carisma, sentimento fundamental para o exercício da autoridade: ao unir virtudes heroicas ao poder conquistado, como resultado surgem o respaldo e o respeito da gente comandada por eles:

A obediência ao coronel (...) é sustentada por sentimentos contraditórios, mas que constantemente se alternam entre si, num misto de temor e admiração, ao mesmo tempo devoção e medo do grande chefe, representante das classes menos favorecidas, num contraste flagrante com a pobreza do povo sertanejo (Galvão, 2018, p. 26).

André Galvão (2018) lembra que o coronel só consegue poder de mando porque domina o povo pela violência e pela miséria. Ainda que a ausência do estado e a falta de investimentos concorressem para a permanência desse quadro social, não deixa de ser questionável o ato de idealizá-los, processo construído historicamente, política e literariamente, que consistia em afigurá-lo pelo zelo em relação aos seus aliados e ódio aos inimigos. Com a imagem de homens que escravizaram uma legião de pessoas através de ideias arcaicas e autoritárias, convém reconhecer que a invenção do Nordeste, como uma região atrasada e dependente economicamente do Sul e do Sudeste, foi um estereótipo calcado em um mundo real de excessiva desigualdade, reforçado ao longo do tempo por romances e poesias.

Como arremate ao que foi apresentado, é lícito notar que as variadas definições sobre o que é e como se forjou o coronelismo e o neocoronelismo no Nordeste têm múltiplas matizes, sendo possível entender esse fenômeno como uma construção social, no qual uma estrutura violenta ascendeu como um meio para dominar pessoas, eliminar adversários e submeter homens e mulheres. Essas marcas estão presentes no conto “O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho”, de Jayme Griz, no qual o sobrenatural, o protagonismo da cana-de-açúcar e a cultura africana são onipresentes. Porém, não se pode ignorar que um dos principais temas da narrativa deriva de registro pautado pela violência, condicionada pelo poder dos coronéis na Zona da Mata Sul pernambucana em fins do século XIX.

3 RESULTDOS E DISCUSSÕES

3.1A violência em O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho

Há um consenso nos estudos sociológicos: as formas assumidas pela violência permitem variadas análises, alcançando questões históricas, econômicas, políticas e ideológicas. Esse pensamento é referenciado por Marilena Chauí, ao conceituar a violência como tudo que atua usando a força para ir contra a natureza de algum ser; todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém; a violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade; ou, ainda, o ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito. Violência, portanto, seria uma ação de sevícia, brutalidade e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, medo e terror. (CHAUÍ, 2011, p. 1). Em grande medida, esses matizes ressoam no conto analisado neste artigo, *O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho*, que ressalta a vida na Zona da Mata Sul pernambucana em meados do século XIX. A partir desse espaço geográfico, Jayme Griz conecta passado e presente e faz a representação de um mundo que explicita relações baseadas no amplo domínio de senhores de engenho sobre os menos favorecidos.

Oriundo de Palmares, os contos do autor transfiguram histórias, credices, lendas e mitos agrários, além do sincretismo religioso, a influência da cultura africana na formação da sociedade nordestina e expressões espirituais próprias da região, ressaltando vivências de escravizados e ex-escravizados. Essas temáticas estão presentes nas poesias em *Rio Una* (1951) e *Acauã* (1959), em ensaios, intitulados *Palmares, seu povo, suas tradições* (1953), *Gentes, coisas e cantos do Nordeste* (1954) e, *Negros* (1865), além dos contos coligidos em *O lobishomem da porteira velha* (1956) e *O cara de fogo* (1969). Em um estilo que alude à oralidade, as obras de Jayme Griz cultivam a tradição e, ao mesmo tempo, destacam a nostalgia de um tempo que ficou no passado. É na cidade do Cabo, onde se passa o conto, narrado sob o prisma de Zé Cambinda, que o protagonista traz à lume questões relacionadas à escravidão e ao reconhecimento do povo africano no Brasil. É ele que presencia o acontecimento que funda o enredo da história: a aparição fantasmática e a morte de um cavalo e de um casal, recorte temático secundado neste artigo, haja vista que apreendemos como categoria analítica a forma como são presentificadas a violência social e as condutas

autoritárias do senhor de engenho, nas quais ascendem o preconceito racial, a misoginia e o machismo.

Como já foi observado neste artigo, são perceptíveis as semelhanças entre a ideia de violência no Nordeste açucareiro e o que define o coronelismo: Durval Muniz diz que o ideário do homem nordestino foi criado a partir da necessidade da reafirmação de sua masculinidade; André Galvão assevera que a figura do coronel foi moldada pela violência e pelo clientelismo político; e Rejane Carvalho demonstra que os coronéis não sofriam qualquer tipo de punição, e com isso ficavam livres para impor suas vontades baseados na força. Esse componente violento e a certeza de impunidade surgem no contexto em que Zé Cambinda está inserido, um homem cuja existência Jayme Griz utiliza como metáfora para trazer à luz questões relacionadas à escravidão e às formas de vida de um povo retirado de suas origens para servir como mão de obra nos engenhos. Um significativo indício textual denuncia uma face da violência que vigia nesse microcosmo social desde o século XVII, no momento em que Pedro Velho explica para Zé Cambinda as razões para o evento sobrenatural visto por ele na noite anterior, a aparição fantasmática do cavalo e do casal: ele tivera origem “no ano em que D. Pedro II veio a Pernambuco, e que aqui andou em visita ao Morgado do Cabo” (Griz, 1956, p. 56).

Sem que tenha se perdido nos escaninhos da história, esse acontecimento reverbera no conto: rememorado nos passeios cotidianos do personagem, ele lembra o nefasto significado da servidão que vigorava no Brasil desde a chegada dos portugueses. É por meio de uma expressão cultural de origem africana, o maracatu, que Zé Cambinda recupera o que foi vivido por sua etnia no Brasil:

Foi parar no maracatu de Zé Inácio, onde estive, até tarde da noite, ouvindo o batuque e os cantos, ora dolentes ou tristes, ora quentes ou ruidosos, dos mulatos e negros de Zé Inácio. Muitos daqueles cantos Zé Cambinda não compreendia, mas era sempre com grande emoção que os ouvia. Dentro do seu eu de negro crioulo, ecoavam, naqueles momentos, vozes e gritos estranhos que se casavam e entrelaçavam, cá fora, com o batuque e os cantos gritados ou gemidos dos negros de mestre Inácio. Ele sentia tudo isso, embora não compreendesse nem pudesse explicar nada do que via e sentia diante daquele espetáculo. Eram vozes e ecos que vinham de longe. Cambinda só sentia, não sabia explicar nada. Mas aquilo bolia com ele lá por dentro, agitando-o por fora. E naqueles instantes, o que Cambinda ouvia cá fora e nas profundezas do seu ser, apenas sentindo, mas sem já compreender, não senão ecos, gritos e arroubos de uma raça em luta contra o seu destino (GRIZ, 1956, p. 54).

Jayme Griz utiliza os cantos e as danças do maracatu para mostrar a repressão que negros e negras passavam no Brasil no século XVIII, situação presente na história de Zé

Cambinda, mas que ultrapassa a reminiscência vivenciada por ele. A permanência desse sentimento de desalento no protagonista endossa o que Pierre Bourdieu chama de violência simbólica, um tipo invisível, exercido de modo genuíno através da comunicação e do conhecimento e que produz uma forma de relação de submissão, que leva à dominação do sujeito envolvido, tornando-o cúmplice dessa dominação, graças a ideias absorvidas como naturais e que assim lhe são apresentadas. Não é sem razão que esses artifícios ideológicos se perpetuam como uma danosa face da violência simbólica na narrativa; por ela ser configurada, “invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (Bourdieu, 2003, p. 7-8). Essa forma de dominação obedece a nexos causais, haja vista ser sempre o reflexo de uma construção social e histórica, fruto da desigualdade imposta pelas classes hegemônicas às classes mais desfavorecidas, como ocorreu ao longo da escravidão.

A força da escravidão e as suas consequências na sociedade, entretanto, trazem outra camada de violência perceptível no conto, observada no universo das casas-grandes, cuja dinâmica e estamentos sociais repercutiam faces de uma brutalidade que não era tão somente simbólica, mas, principalmente, estrutural. Como protótipo de todas as outras configurações da violência, e por ser exercida nas ações ordinárias de instituições consagradas por sua tradição, na maioria das vezes, ela nem é contestada. Maria Cecília Minayo afirma que ela se apresenta como uma “violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos” (Minayo, 1994, p. 8). Nesse sentido, a forma de funcionamento das casas-grandes nos engenhos, estruturadas para proteger seus donos e submeter os escravizados ao trabalho incessante, ilustra outro prisma da violência no conto. Gilberto Freyre observava que esse era um *lócus* distintivo da poética de Jayme Griz, espaço idealizado de um tempo situado no passado, ao citar que ele foi um “cantor das noites e dos dias dos banguês, das melodias do Una patriarcal, das lembranças escravas, era da Casa-grande, quando floresciam tantos despotismos, duros aunque nobles, malos aunque bellos...” (FREYRE, 1959, p. 14).

É sabido que, historicamente, após a promulgação da Lei Áurea, em 1888, as relações sociais e suas repercussões no mundo dos engenhos continuaram, ainda que sob outras bases, centradas em formas de poder que mantinham modelos de servidão análogos à escravidão:

As relações de propriedade de terra e emprego de capital giravam, além da construção da capacidade de industrialização açucareira, em torno da quantidade de

escravos. Quando, em 1888, oficializa-se o fim da escravidão no Brasil, assinada pela Princesa Isabel, a esperança de liberdade alcança o cotidiano escravocrata. Apesar disso, a crise do açúcar posterior à abolição resultou mais da falta de mercado externo do que da libertação. A nova lei instituída trouxe apenas o direito do negro de não ser propriedade de um senhor, mas continuavam em condições de vida precária (SILVA, 2021, p. 40).

Vivia-se, à época, uma peculiar concepção de liberdade: os negros e negras, que viviam em senzalas e quilombos, com a Lei Áurea, ganharam liberdade, mas ficaram na miséria, sem perspectiva individual ou coletiva de sobreviver com dignidade. Aqueles que antes estavam sob a tutela de um senhor de engenho, não tinham mais ocupação ou lugar para viver. Essa condição é notória na representação da mucama Teresa, que tem participação significativa no desenrolar do conto, que narra em seu enredo o infortúnio de Flora, estudante em um colégio no Recife. Em uma de suas idas à capital, o seu pai, Sr. Barbosa, descobriu que ela se relacionava com um caixeiro-viajante de um armazém de fazendas do Largo do Livramento. Ele não gostou do namoro e pediu para ela esquecer o rapaz. Flora prometeu acabar a história, porém, não findou o enlace. Passado algum tempo, sua mãe morreu, o que a obrigou a voltar para a cidade do Cabo. Porém, o pai descobre que ela continuava o relacionamento e a proíbe de sair do engenho, retira-lhe da escola em Recife e a mantém sob estreita vigilância. Certo dia, ao acompanhar os festejos do padroeiro da cidade, ela reencontrou o rapaz de Recife, que a convidou para fugir.

É nesse contexto que o componente de violência surge no conto sob outro olhar, a partir da mucama Teresa, responsável por incentivar Florinha em seu plano de fuga, e dos retirantes que vão perseguir e matar a filha do coronel. O casal havia combinado um sinal para o início da fuga: quando Florinha saiu do quarto pela janela, no trajeto para o local do encontro, ela chamou a atenção do cachorro da casa-grande. Teresa havia esquecido de prendê-lo, o que a fez pensar no que sucederia se o senhor de engenho descobrisse que ela foi cúmplice na fuga da filha. O medo da mucama, além da sua condição de escravizada, tem relação com o que é indicado por André Luís Galvão a propósito dos desiguais vínculos mantidos entre senhores e servos, ao ressaltar que

A obediência ao coronel [...] é sustentada por sentimentos contraditórios, mas que constantemente se alternam entre si, num misto de temor e admiração, ao mesmo tempo devoção e medo do grande chefe, representante das classes mais favorecidas, num contraste flagrante com a pobreza do povo sertanejo (GALVÃO, 2018, p. 26).

Por ser um coronel, a quem devia devoção, palavra no conto facilmente substituída por submissão, a mucama Teresa temia a reação de quem era responsável por dar-lhe moradia, alimentação e mandar no lugar onde vivia. Esse receio tem origem no sentimento de

desamparo e no pavor provocado por saber como os senhores de engenho tratavam os escravos que fugiam das senzalas ou que os traíam. Por isso, ela descumpriu o que acordara com Flora e começou a gritar para ela voltar para casa: “D. Florinha! Não faça isso, D. Florinha! Volte pra casa!” (GRIZ, 1956, p. 58).

Nesse universo demarcado pela violência, ponderamos que a caracterização ficcional do Sr. Barbosa endossa as reflexões de Marilena Chauí a propósito do uso arbitrário da força contra a liberdade, a justiça e os direitos dos escravos, dos retirantes e de sua filha, conduta que reforça a perspectiva de que a brutalidade é inerente à sua visão de mundo. Ao fazer a descrição do personagem, Pedro Velho refere-se a ele como um “homem sisudo e de poucas palavras” (GRIZ, 1956, p. 56), estereótipo que traça a violência sob um ponto de vista individual, mas que deve ser apreendido sob um plano mais amplo, visualizando na imagem do homem nordestino a resposta de uma estrutura histórica que assim busca defini-lo. Ao narrar a origem da história dos fantasmas do cavalo e do casal a Zé Cambinda, Pedro Velho reitera o processo de validação desse sujeito brutal, decorrente de uma tradição construída ao longo do tempo:

O nordestino, portanto, fruto de uma história e uma sociedade violenta, teria como uma de suas mais destacadas características subjetivas a valentia, a coragem pessoal, o destemor diante das mais difíceis situações. A literatura de cordel e outras manifestações literárias da região, a partir dos anos 20, não cansam de decantar homens valentes que conseguem resolver as mais difíceis situações por uma atuação pessoal e individual. Coragem e um apurado sentido de honra seriam características constituintes destes homens, que não levariam desaforo para casa. Homens que prefeririam morrer lutando. [...] A própria posse da arma era uma questão de honra, símbolo máximo de sua liberdade pessoal, e só a morte os fazia entregar as armas para quem viesse tomá-las (Albuquerque Júnior, 2013, p. 176).

Essa violência fica salientada quando o Sr. Barbosa descobre o enlace amoroso da filha com o caixeiro-viajante, agindo com autoritarismo e misoginia em relação à vida de Flora:

A filha foi passar uns dias com o pai no engenho. Ali, começou ela a receber cartas do moço do Recife. O velho descobriu a correspondência da moça. Ralhou muito, e severamente, com a filha, e terminou tirando D. Florinha do colégio do Recife. A vigilância agora era grande em torno da moça. Ela entristecia e se acabrunhava com aquela vigilância do pai e com a prisão em que vivia. Não saía mais sozinha. Pouco vinha ao Cabo. E quando vinha, era acompanhada do pai. Não ia mais ao Recife. Nem mesmo em companhia do velho Barbosa. E assim vivia agora D. Florinha na sua solidão do Barbalho. (Griz, 1956, p. 56-57)

A conotação de mando externada na relação do pai com a filha também se mostra em relação à dependência dos mais vulneráveis, destacada textualmente quando o Sr. Barbosa toma consciência de que ela estava lhe desobedecendo e em vias de fugir com o moço de

Recife. Ao tentar impedir tal ato, ele foi acompanhado do vigia e “de dois retirantes que dormiam ali bem perto, no engenho” (GRIZ, 1956, p. 58), mão de obra recorrente dos latifundiários, nunca por opção, mas por necessidade de sobreviver nos períodos de seca e de fome no sertão. A menção aos retirantes, além de reiterar os vínculos e dependência aos senhores de engenho, ganha relevo no conto por eles protagonizarem o trágico desfecho do conto. Ao ouvir a gritaria da mucama e os latidos do cachorro, o casal fugiu a cavalo, perseguidos pelo pai da moça, em direção ao Cabo. O Sr. Barbosa pediu que seus homens atirassem para o ar, que de nada serviu, pois os jovens seguiram no seu trajeto de fuga. Na perseguição, eles atiraram no cavalo e, no escuro da noite, o vigia da casa-grande alveja o casal, que morrem na hora.

Essa história é parte de um processo social que ultrapassa as menções às abusões e aos fenômenos sobrenaturais da narrativa de Jayme Griz, mero pano de fundo de nossa leitura. Ponderamos que a trama pode ser percebida como uma metáfora que sintetiza a construção das bases violentas nas quais surgiram os coronéis e o seu banditismo diante daqueles que estavam submetidos aos seus domínios e exigências, seja membros da família ou os que habitavam suas terras. No fim do relato, os enamorados são mortos e os assassinos não são punidos. Como cita Rejane Carvalho, nesse pedaço do Nordeste, o estado é substituído pelos coronéis nas funções da polícia e na aplicação de uma enganosa forma de justiça (CARVALHO, 1987, p. 194). Essa visão equivocada de justiça leva a mais violência, a exemplo da que foi perpetrada contra a filha que desobedeceu às ordens do pai, o que nos leva a concluir que a forma como os conflitos eram equacionados, até mesmo aqueles do mundo íntimo e pessoal, desencadeavam sempre respostas brutais contra quem confrontava os poderosos e os donos do poder.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto literário é capaz de externar variadas situações de mundo, negando, afirmando ou reafirmando marcas da realidade, o que demonstra a sua atualidade como meio para entender a vida. Sob esse prisma, analisamos *O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho*, de Jayme Griz, conto cujo enredo é situado em um contexto no qual ocorre o cerceamento de direitos por meio da violência, instrumento utilizado para endossar valores defendidos por senhores de engenho na Zona da Mata Sul pernambucana, em meados do século XIX. Como buscamos reportar neste artigo, os referenciais teóricos que embasaram nossas reflexões sobre a atuação desses coronéis no Nordeste foram condicionados aos

ideários de Rejane Carvalho, Durval Muniz Albuquerque Júnior e André Galvão, cujas proposições aludem a condicionantes históricos que explicam a existência e a manutenção de um regime senhorial moldado pelo clientelismo político, pela impunidade e pela permanente afirmação da masculinidade do homem sertanejo.

A partir dessas concepções teóricas, identificamos na incompreensão de Zé Cambinda frente ao sobrenatural, uma janela para apreender como práticas autoritárias referendam faces de violências simbólica e estrutural exercidas nas vivências de escravizados e ex-escravizados no Engenho Barbalho. Nas três situações enfocadas no artigo – a rememoração da escravidão, as concernentes à estrutura social da casa-grande e as ações individuais do Sr. Barbosa – ficou patente quão necessário é o posicionamento coletivo frente às ações que submetem homens e mulheres a situações discriminatórias na sociedade. Não por acaso, a violência no Nordeste ganhou projeção em nossa sociedade ao longo do tempo, condição que permanece atual, uma vez que a miséria, a pobreza e as desigualdades sociais deram margem para a assunção de novas formas de coronelismo no século XXI.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino**: invenção do “falo”. Uma história do gênero masculino (1920 – 1940). São Paulo: Intermeios, 2013.
- BURSZTYN, M. **O poder dos donos**. Planejamento e clientelismo no Nordeste. São Paulo: Garamond, 2006.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARVALHO, R. Coronelismo e neocoronelismo: eternização do quadro de análise política do Nordeste. In: **Caderno Estado Social**, Recife, v. 3, n. 3, p.193-206, 1987.
- CHAUÍ, M. **Contra a violência**, 2007. Disponível em: <<http://fpabramo.org.br/2007/04/03/contra-a-violencia/>>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- FREYRE, G. Prefácio. In: GRIZ, J. **Acauã** (Poemas). Recife: Gráfica Imprensa Oficial, 1959.
- GALVÃO, A. L. M. **O coronelismo na literatura**: espaço de poder. Cruz das Almas / BA: UFRB, 2018.
- GRIZ, J. **O lobishomem da porteira velha** (Histórias). Recife: Arquivo Público Estadual, 1956.
- MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde pública**, n. 10, p. 7-18, suplemento 1, 1994.

SILVA, I. B. **Territórios do fantástico em Pernambuco**: o espaço em narrativas de Gilberto Freyre e Jayme Griz. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba – Campus I, João Pessoa, 110 f., 2021.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

PEREIRA, J. B; FREITAS, B. R. Coronelismo e Violência em: O Cavalo Fantasma da Estrada do Engenho Barbalho, de Jayme Griz. **Rev. FSA**, Teresina, v. 21, n. 6, art. 10, p. 182-197, jun. 2024.

Contribuição dos Autores	J. B. Pereira	B. R. Freitas
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X